



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP**

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000300343

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.141410

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2018 by USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Rossi, Gustavo. *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015. 280 pp.

Christiano Key Tambascia
Universidade Estadual de Campinas, Campinas,
São Paulo, Brasil.

A publicação de *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*, segundo livro de Gustavo Rossi, nos oferece uma refinada análise sobre a constituição das modernas estruturas do campo acadêmico no Brasil, através de um olhar cuidadoso sobre a trajetória do antropólogo Edison Carneiro (1912-1972). Carneiro, à época de sua morte, se era um intelectual lembrado por ilustres colegas, como Aydano do Couto Ferraz, por haver produzido importantes pesquisas no Brasil em meados do século passado, ainda não tinha ocupado posições consolidadas, institucionalmente, na academia brasileira – nem em Salvador, onde se formou e trabalhou durante boa parte de sua vida, nem no

Rio de Janeiro, para onde se transferiu na década de 1930. É sobre um período fundamental da história das ciências sociais no Brasil e sobre esse intelectual que Rossi define como “desabrigado” – sobre quem a caracterização de uma “vocação perdida”, nunca de fato realizada, parece conformar as notas históricas sobre a sua trajetória profissional – que esse livro nos convida a refletir.

A qualidade da pesquisa de Carneiro, bem como as relações que estabeleceu no campo acadêmico, político e artístico de meados do século passado, ao redor da temática racial, imediatamente o inscreve como uma figura importante para os estudiosos do pensamento social no Brasil. De fato, considerado o lugar que essa temática ocupou entre aqueles que se dispõem a pensar a nação, inclusive do ponto de vista da produção de políticas de Estado e daquela política dedicada à defesa das manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras, a pergunta sobre a tímida produção acadêmica sobre Edison Carneiro é um ponto de partida instigante no trabalho de Rossi. Haveria outros fatores, biográficos, mas também próprios da estrutura do campo acadêmico (e, sobretudo, pela sobreposição dessas escalas), que precisam ser analisados para compreender os “insucessos” de Carneiro. Da mesma forma, à reflexão sobre o investimento na produção de uma obra tão marcada por pesquisas de um tema – o folclore – que nessa época perdia o prestígio de estudo científico, Rossi soma uma investigação sobre as oportunidades ambivalentes que raça e classe, na trajetória de Carneiro, possibilitaram de fato. O autor do livro, entretanto, faz bem em recusar soluções rápidas e simples para esse lugar social ocupado pelo antropólogo baiano, assim colocando as próprias hipóteses sobre a marginalidade atribuída a esses fatores como objeto de crítica.

O livro, de uma leitura ao mesmo tempo agradável e densa, é voltado aos interessados em história intelectual, em etnografia de arquivo, mas também em estudos sobre raça, que a um só tempo conjugam

perspectivas interseccionais de análise social, estudos de história social e de sociologia da cultura. *O intelectual feiticeiro*, mais do que isso, alinha-se aos trabalhos que tomam a crítica reflexiva sobre produção do conhecimento como crucial questão de base nesse tipo de estudo, ao sublinhar um tipo de pesquisa questionadora das abordagens mais objetivistas sobre processos sociais, incluídas as análises sobre o campo científico. Realiza esses percursos com uma investigação sobre a vida e a trajetória de um antropólogo cuja obra não figura nas bibliografias dos cursos da história da disciplina, bem como, em certa medida, também dos estudos das relações raciais no Brasil, ficando relegada atualmente a seus rodapés. Dessa maneira, alguns mecanismos de consagração acadêmicos são expostos nessa incursão pelos espaços percorridos por Carneiro, mas também por aqueles efetivamente não ocupados: institucionalmente, em vida, mas igualmente os alcançados por sua obra.

Rossi nos apresenta um tipo de problema até bastante circunscrito, mas que ao longo da leitura se mostra bastante complexo: justamente a ideia de uma trajetória desperdiçada, que possuía um enorme potencial, nunca propriamente realizado. Com isso, logo nos é anunciado que teremos que lidar com reflexões sobre o campo (sobretudo o intelectual brasileiro): seja porque gostaríamos de entender o motivo pelo qual Edison Carneiro não conseguiu alcançar o que parecia quase que destinado a fazer, seja para entender por que consideramos que não logrou esse sucesso. De certa forma, parecemos saber mais sobre as estruturas do que era tido como uma carreira de sucesso e os entraves de uma trajetória que entrou em choque com determinadas barreiras. E nos armamos da cautela de compreender uma historiografia que atesta seu insucesso, inclusive a que chega aos nossos dias, e daquela possível de ser realizada tendo como parâmetro a recepção da obra de Carneiro em determinados contextos, se tomarmos como parâmetro essa consagração e o ostracismo retrospectivos.

Rossi percorre algumas possibilidades de estudo que merecem uma atenção especial. É interessante destacar a forma como o autor persegue, ao longo do livro, dois níveis de reflexão sempre interligados: um sobre as análises possibilitadas pelos críticos contemporâneos de Carneiro à sua obra, outro sobre aqueles estudos que já buscam circunscrever essa produção na história das ciências sociais no Brasil. Se a ênfase do trabalho parece incidir na necessidade de compreensão desses quase testemunhos da atuação de Carneiro, por parte daqueles que lhe eram mais próximos, à luz de estruturas de um campo mais amplo, as próprias narrativas preservadas e resgatadas nessa espécie de historiografia da ciência constituem um conjunto significativo de memórias que é preciso colocar em suspeita. Para compreender essas mesmas apreciações passadas, pode ser proveitoso considerar esse conjunto, que enreda marginalidade como uma espécie de negativo necessário para a consagração, como uma disposição reflexiva que é ao mesmo tempo forma de realizar história intelectual e parte daquilo que produz essas certezas sobre o campo. Quero com isso chamar atenção para o fato de que os dados de estudo, retirados das obras de Carneiro, mas também advindos da etnografia dos arquivos pesquisados por Rossi, que deveriam suprir buracos e completar espaços lacunares de um capítulo importante da história das ciências sociais da qual Edison Carneiro participou, devem ser compreendidos conjuntamente com uma crítica sobre a existência de um arranjo analítico que pressupõe falta e marginalidade. Ou seja, o trabalho de Rossi, se cumpre o bem-vindo propósito de tornar conhecidas algumas histórias esquecidas de figuras importantes do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, também chama atenção para o fato de que essas informações ganham um sentido preciso no interior de um arcabouço teórico e metodológico particularmente comum de trabalhos de história das ciências atualmente. Justamente um que pressupõe que há esquecimentos e lacunas nas historiografias

consagradas e estabelecidas. Se isso por um lado é um truísmo que beira a obviedade, é preciso também pensar sobre os efeitos de análises feitas a partir desses pressupostos, considerando a marginalidade intelectual de Carneiro como ponto de partida de uma narrativa que se sobrepõe à ideia de uma espécie de diagnóstico de uma história “tal como aconteceu” (mesmo que apagada). A hipótese de marginalidade, alçada à chave de leitura, produz e reproduz a própria forma de entender a pouca celebração da obra. As raras análises feitas, ou o fato de as histórias serem pouco conhecidas, confirmam como a noção de que as posições sociais (não) ocupadas por Carneiro são continuamente produzidas.

O livro de Rossi é composto por uma introdução que busca estabelecer algumas reflexões sobre estudos de trajetória e a relevância de uma pesquisa sobre Edison Carneiro e sua obra; por considerações finais que terminam por articular uma proposta de história intelectual com uma abordagem etnográfica; bem como por três capítulos que focalizam, respectivamente, a análise da família e dos anos de formação, a influência das redes modernistas baianas das quais fez parte, e a importância dos estudos afro-brasileiros em sua obra. Escritores, políticos, intelectuais, que se relacionaram com Carneiro, são apresentados de forma a comporem, aos poucos, quadros de referências sobre as quais o estudo da trajetória do antropólogo baiano vai ganhando densidade, à medida que nos é mostrado que os efeitos esperados das alianças e das conexões estabelecidas pareciam não se concretizar.

Desse modo, temos elementos para refletir sobre algo tão fugidio como a experiência de Edison Carneiro quanto aos constrangimentos sociais que enfrentou – e as formas que encontrou para lidar com os mesmos –, o que nos permite relativizar a onipotência da chave de leitura desse fracasso. Por que essa questão, que pode ser tão cruel, é ao mesmo tempo tão interessante? Por que é uma trajetória que merece um estudo? Pensar sobre essas indagações

nos fornece uma reflexão bastante rica sobre as formas como determinadas categorias, ou melhor, marcadores sociais, são tudo menos fixos, essencializados ou preestabelecidos e devem ser entendidos em relação e em determinados contextos. Para começar a responder essas perguntas, é preciso constatar que, para além da compreensão da trajetória do antropólogo baiano, nos é aberta uma janela para a análise de raça, foco privilegiado proposto por Rossi.

Essa é a força de problematizar, ao longo de todo um livro, essa ideia de uma vocação perdida, ou então de um envelhecimento social, acessível por um conjunto de vias outras que não aquela da autobiografia (no caso, quase ausente – o que também acarreta alguns problemas de análise), de alguém que viu o mundo ao qual se preparou para ingressar mudar significativamente – acadêmica e politicamente – com a reconfiguração da paisagem política baiana de sua juventude.

O autor de *O intelectual feiticeiro*, título que busca resgatar o caráter mediador e mediado de Carneiro nos terreiros de Candomblé de Salvador dos anos de 1930 e da academia brasileira, nos traz, ao longo de sua análise, exemplos do que é considerado prestigioso, no interior de um campo científico que passava, justamente naquele momento, por transformações profundas: através de uma investigação das redes das quais Edison Carneiro participava ou não conseguiu participar (entre outros de sua geração, colocados contra constrangimentos de outras ordens em contextos semelhantes na Bahia e no Rio de Janeiro de meados do século passado). Em que consistia esse não acesso a algo? As possibilidades que de fato articulou, mais do que isso, expõem para os interessados na história das ciências sociais (e da antropologia em especial) uma via de reflexão privilegiada: afinal, foi como um articulador (um mediador), de diversos mundos ou esferas sociais, que conseguiu êxitos mas também produziu dores profundas, potencializadas pela ambiguidade de uma luta constantemente objetivada na cor de sua pele,

associada aos acessos e às fronteiras disponibilizados naquele Brasil racializado de Carneiro.

Rossi nos faz atentar para as dificuldades, mas, de alguma maneira, também para os sucessos: como nos mostra a análise de campos sobrepostos, para compreender as relações raciais e os mecanismos de consagração, no interior de um processo de modernização das ciências sociais que expeliu intelectuais como Carneiro. E, nesse processo de investigação, merece especial destaque o método: de um estudo que não é uma biografia, nem tem pretensão de ser; ou mesmo uma monografia exaustiva e definitiva da vida do antropólogo baiano, filho de uma família, os Souza Carneiro, que havia alcançado certo prestígio no período seabrista mas que viu suas possibilidades de ascensão social restringidas na década de 1930. O que Rossi expõe é justamente essa arena de disputas que rebate em narrativas mais ou menos autorizadas, de experiências sociais, de marcadores que são a um só tempo categorias analíticas e parte das práticas sociais em que são operados.

Acompanhando a análise de Gustavo Rossi sobre a família de Edison Carneiro e as dificuldades que o rebaixamento social impingiu em sua juventude, mas também sobre os esforços desse antropólogo em sua maturidade, temos de fato uma perspectiva não determinista de sua trajetória em dados contextos: dando-nos um vislumbre de sua experiência e as burlas e atuações possíveis, como nos lembra Heloísa Pontes (2015, pp. 13-19), que escreve o prefácio do livro. Dadas as lealdades políticas, as tentativas de um rebatimento via uma literatura modernista singular e o desempenho do papel de uma espécie de *broker* (cambista, mediador) entre uma tradição intelectual que remete a Nina Rodrigues e a preocupação com o “problema racial” no Brasil, a trajetória de Carneiro aponta para a defesa de uma certa autonomia por parte dos terreiros de candomblé, com os quais tinha afinidades (seguindo, assim, algumas das pistas apontadas por Mariza Corrêa, 2001, em seus estudos sobre a chamada Escola Nina Rodrigues, ao expor as tensões internas a esse campo).

Ao mesmo tempo, é possível revisitar um importante capítulo da história da Antropologia no Brasil, uma vez que Rossi também analisa as relações estabelecidas com os pesquisadores estrangeiros em Salvador na década de 1930, introduzidos ao campo pelo próprio Carneiro – relações essas que respondem a divisões desiguais entre a academia brasileira e a norte-americana. Assim, o autor destaca a parceria com a antropóloga norte-americana Ruth Landes (1908-1991), que suscitou sentimentos nada subestimáveis para perceber essa experiência social que parece ter se constituído nos interstícios, nas fronteiras – como a memória de Landes ilumina de forma aguda, ao relembrar a dor que viu na expressão de Edison Carneiro quando ela lhe informou que a cor de sua pele, de alguma forma borrada nos círculos que frequentava, lhe impediria certos acessos nos Estados Unidos, um outro contexto; como se o estivesse “açoitando” ao impedir-lhe o trânsito racial a que estava acostumado, destacando sua cor de uma maneira tão súbita e direta.

Na falta de narrativas pessoais sobre esses impastos, seguimos os indícios apontados por Rossi em relação aos espaços ocupados pelo pai de Edison Carneiro, antigo professor da Escola Politécnica de Salvador. Entretanto, igualmente importantes são as informações obtidas graças à análise da relação com os amigos da Academia dos Rebeldes, dentre eles Jorge Amado (1912-2001). É interessante atentar para o que essas redes terminaram por produzir, entrevistas, por exemplo, nas poesias de juventude de Carneiro: lamentam uma Salvador que se esvaía e apontam para as interseccionalidades combinadas de raça e classe que se traduziram e foram potencializadas pelo comunismo defendido, e para a crítica a uma certa análise social sobre os problemas de uma mão de obra ex-escrava, agora proletária. São representações, operadores simbólicos, como nos lembra Rossi, que, objetivados, nos chamam atenção para a necessidade de circunstanciar seus embates, disputas e articulações, contra os lugares que o corpo

racializado parecia atribuir. Uma etnografia fina dos arquivos, tomados aqui não como acervos imediatos de processos históricos (mas mediados por relações de poder da memória e seu acesso), nos coloca frente a produções culturais que exprimem e produzem experiências compartilhadas poderosas e propícias a esse tipo de estudo.

Mesmo quando sabemos um pouco mais sobre aquele estranho modernismo praticado em uma Salvador em declínio, também no interstício (do antigo e do moderno), temos mais ou menos fixada uma imagem do irrealizável, tônica que surge, aqui e ali, ao longo do livro. Um livro que nos torna sensíveis aos esforços de um homem que a todo momento tentou controlar as possibilidades de acesso a um mundo que ele se julgava preparado para ocupar, dados os recursos sociais que estavam à sua disposição – mas invariavelmente sentindo-se marginalizado e deslocado.

No entanto, não é de todo improvável ver também nesse percurso um sucesso relativo, expondo de maneira bastante complexa a força desses constrangimentos e os subjetivos efeitos simbólicos cunhados na prática social que é substantivamente política, uma vez que envolve identidades e afinidades sociais compartilhadas. São essas reflexões que nos levam para além do lugar comum de um estudo que tem de lidar com aspectos biográficos de uma trajetória social: o de que toda vida é, de alguma maneira, interessante – condição necessária e, sob certa perspectiva, correta, mas nunca suficiente em um estudo que busca refletir, sobretudo, sobre os processos de objetivação (portanto, não somente sobre os fenômenos objetivados). Gustavo Rossi encontra na obra de Edison Carneiro chaves de leitura para essa experiência, mas também índices de uma reflexão que possibilita que estejamos tentados a testar a hipótese de uma potencialidade desperdiçada e não apreciada.

O intelectual feiteiro nos permite, principalmente, ter empatia por um personagem que, por todas essas razões apontadas, se mostrou afeito a desempenhar um papel de mediador, do mundo branco e do

negro, pobre e rico, acadêmico e popular; mundos que, em vários sentidos, costumam se ajustar, sobrepor, mas nunca exatamente, não completamente.

Temos uma chance de tentar refletir sobre a trajetória de Edison Carneiro através de uma análise da historiografia da antropologia e das ciências sociais no Brasil. Mas também podemos pensar um pouco sobre essa antropologia mediadora, inserida em campos tensionados. Por exemplo, do tipo de valor atribuído à atuação desse homem que, se conseguiu angariar algum prestígio como cicerone de pesquisadores, facilitador de informações etnográficas (a Arthur Ramos, por exemplo, como é normalmente lembrado), nunca alcançou as posições reservadas aos teóricos e autores considerados clássicos – expondo, assim, uma divisão assimétrica do trabalho científico e nos fazendo questionar o que de fato significa não precisar de apresentação quando pensamos na obra de alguém. E que problema essa questão de fato institui.

Dessa forma, temos uma reflexão que resgata o frescor de uma tentativa de análise de inspiração marxista, empreendida por Carneiro, mas também por outros autores desse mesmo período, como exemplificado no romance proletário de Amado, que tem como resultado a possibilidade de recusar considerar o negro simplesmente como objeto, “matéria-prima” de cientistas: como sujeito que, ao contrário, lutava por autonomia política e social.

Essa não é, enfim, uma análise que tenha pretensões de ser exaustiva – e retira daí sua força e vitalidade, pois é sobre essas definições, uma vez que são parciais e também porque construídas em devir, que esses personagens constroem suas práticas sociais. Se traz nova luz para processos já conhecidos, como a sempre retomada relação com Landes, este livro também serve de inspiração para outras pesquisas que pretendem se debruçar sobre esse tipo de material, com inspirações analíticas convergentes. O que significa essa figura representada por Carneiro em antropologia, uma vez que ele dificilmente é o único

exemplo, se alargarmos nossas concepções sobre as relações intersubjetivas entre pesquisadores e seus interlocutores, de forma a abrigar uma análise de uma estrutura hierárquica acadêmica internacional? De um pesquisador que se vê constrangido a ser também “informante”, dessa forma rebaixado sob uma certa perspectiva? Afinal, esse rebaixamento expõe delicadas questões sobre o tipo de Antropologia colocada em xeque; justamente por questionar as relações intersubjetivas do conhecimento produzido.

O que temos é um vigoroso estudo de um processo ambíguo – ambiguidade, bem como estranhamento, esses, que são resgatados e de certa maneira elogiados, potencializados pelo livro de Gustavo Rossi. Um livro que abre portas para investigações de uma política do trabalho etnográfico, incluindo aí a etnografia de arquivos; das contestações das representações e das práticas sociais, nem sempre previstas, previsíveis. Uma análise, enfim, quase que em negativo, que não define diretamente, e que por isso mostra a força do policiamento das fronteiras simbólicas do mundo social, pela articulação justamente do indefinido, pela tentativa de definição, politicamente, em dados contextos – a qual Edison Carneiro, esse personagem apaixonante e um tanto trágico, teve que enfrentar e viver.

Referências Bibliográficas

- CORRÊA, Mariza. (2001), *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco.
- PONTES, Heloísa. (2015), “Prefácio: o feitiço da cor e os dilemas da raça”. In: ROSSI, Gustavo. *O intelectual feiteiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, pp. 13-19.

Texto recebido em 08/12/2017 e aprovado em 30/1/2018.
DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.141410.

CHRISTIANO KEY TAMBASCIA é professor do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e diretor acadêmico do Arquivo Edgard Leuenroth, da mesma instituição. E-mail: christambasci@yahoo.com.br.

